PREFEITURA DE
PALMITAL
CIDADE FELIZ

PROTOCOLADO
PROCESSO Nº 2720 / 2021
C.M. PALMITAL 19 / 04 / 2021

=PROJETO DE LEI Nº ~~12/2021~~ 24/2021–PM=

AS COMISSÕES DE: Finanças - Educação / Justiça e Saúde
C.M. Palmital, em 22/04/2021
Fabiano José dos Santos
Fabiano Policial
Presidente

INSTITUI O PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL AO DESEMPREGADO, DENOMINADO 'FRENTE DE TRABALHO' E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal **APROVA**:-

Art.1º - Fica instituído o Programa de Capacitação, Qualificação Profissional e Auxílio Emergencial ao Desempregado, denominado 'FRENTE DE TRABALHO", de caráter assistencial, a ser coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, visando proporcionar ocupação, qualificação profissional e renda para até 100 (cem) pessoas, através de um cadastro de reserva, para trabalhadores maiores de 18 anos, integrantes de parte da população desempregada residentes neste Município de Palmital.

§1º As 100 (cem) possíveis vagas mencionadas no *caput* serão distribuídas da seguinte forma:

I - 50 (cinquenta) vagas para homens, com jornada de 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o tipo de atividade;

II - 50 (cinquenta) vagas para mulheres com jornada de 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o tipo de atividade.

§2º - Caso não haja número de inscritos suficientes em cada grupo elencado no §1°, poderão, a critério da Administração, ser utilizados os inscritos do outro grupo.

§3º - A inclusão no cadastro de reserva se constitui em mera expectativa de direito, não sendo obrigatória a convocação, pelo Município, daqueles candidatos que tenham sido classificados dentro do limite legal.

Art. 2º - O Programa referido no art. 1° desta Lei consiste na concessão de auxílio emergencial, pecuniário mensal e temporário, no valor máximo de até 01 (um) salário mínimo nacional vigente, de acordo com a seguinte quantidade de horas trabalhadas:

I - 4 (quatro) horas diárias, cinco dias por semana, equivalente a 50% do salário mínimo;

II - 6 (seis) horas diárias, cinco dias por semana, equivalente a 75% do salário mínimo;

III - 8 (oito) horas diárias, cinco dias por semana, equivalente a 100% do salário mínimo.

§1º - O Programa de que trata esta Lei vigerá pelo prazo de até 12 (doze) meses, prorrogável por iguais períodos, mediante Decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

§2º - Critérios técnicos ou de natureza orçamentária poderão motivar a suspensão parcial ou total do presente Programa.

Art. 3º O beneficiário deverá participar de palestras, cursos de qualificação profissional e/ou alfabetização em horário diverso do estabelecido para as atividades do Programa.

§1º - Sob pena de desligamento do programa, o bolsista deverá manter frequência mínima de 90% (noventa por cento) nas palestras, cursos, alfabetização e na prestação de atividades de interesse público, além de demonstrar aproveitamento mínimo no treinamento realizado.

§2º - Os bolsistas que ingressarem ou estiverem cursando EJA (Educação de Jovens e Adultos), ou fazendo o nível médio normal, ensino técnico ou superior, ficam eximidos de participar de cursos de qualificação profissional e demais atividades de qualificação obrigatórias do programa.

Art. 4º - As condições para o recrutamento no Programa, mediante seleção simplificada, serão definidas por Decreto editado pelo Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único - No caso de o número de inscrições superar o número de bolsas oferecidas, a seleção se dará mediante os critérios estabelecidos no edital de seleção.

Art. 5º - Não serão admitidos mais do que 02 (dois) beneficiários por núcleo familiar.

Parágrafo único – Considera-se núcleo familiar a unidade nuclear formada pelos filhos, pelos pais ou responsáveis legais, e por outros indivíduos com parentesco, que forme um grupo doméstico, vivendo na mesma

moradia e que se mantenha economicamente com a renda exclusiva dos próprios membros.

Art. 6º - A participação do beneficiário no Programa implica na colaboração, em caráter eventual e assistencial de formação profissional, mediante a prestação de serviços de interesse da comunidade municipal, sem vínculo de subordinação e, portanto, sem reconhecimento de vínculo empregatício.

Parágrafo único - A jornada diária a ser cumprida pelo bolsista do Programa, que inclui a realização de atividades, poderá ser de quatro, seis ou oito horas, de acordo com o local e a atividade a ser realizada, podendo ocorrer em horário diurno ou noturno, inclusive nos finais de semana e feriado ou ponto facultativo, pelo período de 5 (cinco) dias por semana.

Art. 7º - A participação do beneficiário no Programa implicará na realização de atividades disponibilizadas e de acordo com a possibilidade e demanda da Administração Pública Municipal, nos seguintes setores:

I - nos prédios públicos da Administração Direta e Indireta Municipal e/ou Estadual;

II - nas vias e logradouros públicos;

III - em bens de entidade assistenciais, sem fins lucrativos;

IV - outros locais onde a Administração Pública realiza atividades correlatas que se fizerem necessárias à Administração Municipal.

Art. 8º - O Poder Executivo Municipal poderá celebrar convênios com entidades de direito público, bem como estabelecer parcerias com empresas particulares e entidades de direito privado, cooperativas, patronais e sindicais, visando o desenvolvimento das atividades relativas ao Programa de que trata esta Lei.

Art. 9º - O Programa ficará a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social, à qual caberá estabelecer normas e procedimentos para sua implementação, controle, acompanhamento e fiscalização, contando com o apoio dos demais órgãos da Administração Pública Direta e Indireta.

Art. 10 - Poderá ser contratado seguro de acidentes pessoais para todos os participantes do Programa.

Art. 11 - A participação no Programa não representa, em hipótese alguma, vínculo empregatício, eis que de caráter assistencial e de formação profissional, não se revestindo das características que configuram tal vínculo.

Art. 12 - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, devendo ser incluídas as informações necessárias na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual.

Art. 13 – A estimativa do impacto orçamentário-financeiro prevista no artigo 16, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, segue na forma do Anexo I, que fica fazendo parte integrante desta Lei.

Art. 14 - Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a matéria mediante Decreto.

Art. 15 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL, em 16 de abril de 2021.

LUÍS GUSTAVO MENDES MORAES
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DE PALMITAL
CIDADE FELIZ

=PROJETO DE LEI Nº ~~12/2021~~ 24/2021–PM=

=JUSTIFICATIVA=

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nobres Edis,

No grato prazer em cumprimentá-los, sirvo-me da presente para remeter a Vossas Senhorias o Projeto de Lei nº 12/2021, que "INSTITUI O PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E AUXÍLIO EMERGENCIAL AO DESEMPREGADO, DENOMINADO FRENTE DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A taxa de desemprego no Brasil é de 14,6% no trimestre encerrado em setembro de 2020, atingindo 14,1 milhões de brasileiros, segundo dados divulgados pelo instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo especialistas, esses indicadores confirmam a precariedade do mercado de trabalho brasileiro. Verifica-se o crescimento de ocupações associadas à informalidade, como trabalho por conta própria e emprego sem carteira assinada.

No caso específico do município de Palmital, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), entre janeiro de 2018 a janeiro de 2019 (última atualização até o momento), tivemos 1.334 admissões contra 1.453 demissões, com a situação agravada no ano de 2020 por conta das medidas emergenciais em decorrência do enfrentamento da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19).

Outro elemento importante a se destacar é a intensa mecanização agrícola que, por consequência lógica, elevou sobremaneira o número de desempregados em nossa região, predominantemente agrícola.

Outro fator a ser considerado é o elevado número de pessoas que diariamente procuram a Central do Cidadão, em busca de uma oportunidade de trabalho, e, especialmente, a Secretaria de Assistência Social, dada a vulnerabilidade ocasionada pela falta de emprego, mormente neste momento pandêmico pelo qual estamos passando.

Consigna-se, ainda, que o beneficiário do Programa "Frente de Trabalho" deverá participar de cursos de habilitação profissional, visando ser realocado, o quanto antes, no mercado de trabalho.

Dessa forma, tendo em vista que a atual situação econômica do país e o alto índice de desemprego afetam as famílias do Município, este Programa constitui uma importante ferramenta para geração de renda e consequente meio de recondução da pessoa desempregada ao mercado de trabalho.

Revelando-se, pois, de suma importância a instituição de um Programa com viés social dessa envergadura para os munícipes palmitalentes, solicito os bons préstimos de Vossas Senhorias para que o presente Projeto de Lei seja recebido, analisado e votado, **em regime de URGÊNCIA**, por esta Egrégia Câmara Municipal de Palmital.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL, em 16 de abril de 2021.

LUÍS GUSTAVO MENDES MORAES
-PREFEITO MUNICIPAL-

PALMITAL

16/04/2021

De: ASSESSORIA CONTÁBIL / FINANCEIRA

Para: GABINETE DO PREFEITO

Assunto: **Impacto econômico-financeiro em Projeto de Lei que Institui Programa Emergencial de Auxílio Desemprego, denominado "Frente de Trabalho"**

Submetido a nossa análise o anteprojeto de Lei que Institui Programa Emergencial de Auxílio Desemprego, denominado "Frente de Trabalho, esclarecemos de proemio que entendemos que o mesmo não se insere no rol das obrigações contidas no inciso I do Art. 16 da LC 101/00 na medida que não se trata de despesa de caráter continuado (§1º, Art. 2º do Anteprojeto), contudo, para atendimento ao solicitado apresentamos abaixo o respectivo impacto.

1) DA ALTERAÇÃO PROPOSTA.

- ✓ Quantidade de vagas: **100 (cem)**
- ✓ Valor Individual proposto: **R$ 1.100,00**
- ✓ Orçamento 2021:

2) DA METODOLOGIA DE CALCULOS

- ✓ 100 (vagas) x R$ 1.100,00 (valor do auxilio) x 8 (meses)
- ✓ VALOR TOTAL: **R$ 880.000,00**

Obs: Considerado a carga horária máxima para todas as bolsas para efeito de calculo diante desta possibilidade, contida no PL.

3) DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO/ R.C.L.

ESPECIFICAÇÃO	VALORES R$
1. Déficit Financeiro Exerc. Anterior [1]	- 4.766.879
2. Receita total Prevista – liquida	91.500.000
3. Disponibilidade Financeira (1+2)	86.733.121
4. Custo já considerado no exercício	64.148
5. Custo deste Impacto	880.000
6. Total a ser Considerado	**944.148**
7. Impacto Orçamentário (5/2)	**1,03**
8. Impacto Financeiro (5/3)	**1,08**
9. Impacto sobre a RCL [1]	**1,07**

A Receita Corrente liquida projetada para o exercício com base na apurada no exercício de 2021 é de **R$ 87.834.200.**

4) ESTIMATIVA DE IMPACTO TRIENAL DA DESPESA

Valor da Despesa no 1º Exercício	**944.148**
Impacto % sobre o Orçamento do 1º Exercício	**1,03**
Impacto % sobre o Caixa no 1º Exercício	**1,08**

Valor da Despesa no 2º Exercício	1.384.148
Impacto % sobre o Orçamento do 2º Exercício	1,51
Impacto % sobre o Caixa no 2º Exercício	1,58

Valor da Despesa no 3º Exercício	1.384.148
Impacto % sobre o Orçamento do 3º Exercício	1,51
Impacto % sobre o Caixa no 3º Exercício	1,58

Esses são os valores e cálculos que nos cumpria informar, S.M.J., cumpri-nos ainda, alertar que a implementação do referido acarretará significativo volume de recursos que deverão ser obtidos pelo incremento da receita ou contenções de despesas não continuadas, devendo o Gestor agir firmemente nessas premissas sob pena de comprometer a execução orçamentária e financeira.

ANTONIO CARLOS DE ARAUJO

CT – CRC 1SP 162028/O-9